

SESSÕES DO PLENÁRIO

31ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 23 de abril de 2024.

**PRESIDENTE: DEPUTADO ZÉ RAIMUNDO FONTES (EM EXERCÍCIO)
(PRIMEIRO-VICE-PRESIDENTE)**

À hora regimental 14h45, no relatório de presença, verificou-se o comparecimento dos(as) senhores(as) Deputado(as): Alan Sanches, Alex da Piatã, Angelo Coronel Filho, Antônio Henrique Júnior, Binho Galinha, Bobô, Cláudia Oliveira, Euclides Fernandes, Eures Ribeiro, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Felipe Duarte, Hassan, Hilton Coelho, Ivana Bastos, Jordavio Ramos, José de Arimatéia, Júnior Muniz, Júnior Nascimento, Kátia Oliveira, Laerte do Vando, Luciano Araújo, Luciano Simões Filho, Ludmilla Fiscina, Manuel Rocha, Marcelinho Veiga, Marcelino Galo, Marcinho Oliveira, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Matheus Ferreira, Nelson Leal, Neusa Cadore, Olívia Santana, Pablo Roberto, Pancadinha, Patrick Lopes, Pedro Tavares, Penalva, Raimundinho da JR, Ricardo Rodrigues, Roberto Carlos, Robinho, Robinson Almeida, Rosemberg Pinto, Samuel Júnior, Sandro Régis, Tiago Correia, Vitor Azevedo, Vitor Bonfim, Zé Raimundo Fontes e Zó. (53)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Não há expediente a ser anunciado.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eu passo a palavra ao nobre deputado Júnior Nascimento pelo tempo de até 5 minutos, no Pequeno Expediente.

Por favor, Júnior Nascimento, 5 minutos, no Pequeno Expediente. V. Ex.^a está na ordem de inscrição aqui.

O Sr. JÚNIOR NASCIMENTO: Minha boa tarde, meu presidente. Saudar, aqui, aos nossos queridos indígenas, porque hoje, com fé em Deus, teremos a apreciação de uma matéria que vai contemplar e valorizar a categoria de vocês.

Então, sejam sempre bem-vindos a esta Casa e podem contar com este parlamentar em todas as proposições, as matérias que venham para esta Casa e sejam, sem sombra de dúvida, para beneficiar a categoria. Então, sejam sempre bem-vindos.

Na oportunidade em que vejo a categoria indígena sendo valorizada, e é isso que nós esperamos da política pública de valorização, seja ela em qual segmento for, nós esperamos, nós torcemos por uma política de valorização das categorias.

E, infelizmente, no mesmo momento, na mesma tarde em que eu fico feliz por saber que a classe indígena está sendo valorizada, eu chego aqui com o sentimento de repúdio ao governo pelo que tem sido feito, Srs. Deputados, com os defensores públicos do estado. Eu vejo aqui a categoria com uma faixa que diz: “Defensoria forte, é sociedade fortalecida e valorização da carreira.” E é mesmo, deputado Marcelino. Essa categoria, que hoje busca a valorização através de um projeto nesta Casa, o Projeto de Lei nº 154/2023, já vem discutindo desde o projeto de setembro de 2022, o PLC nº 147/2022. Passou todo o ano de 2022; no ano de 2023 disseram que precisavam adequar. Olha só, às vezes a Defensoria envia a minuta, faz a discussão, mas quem envia para esta Casa é o governo do estado. E, infelizmente, esse projeto é votado e, ao mesmo tempo, engavetado aqui, neste Parlamento. A palavra é essa, é engavetado. É um jogo de empurra, são alguns parlamentares dizendo que o governo precisa adequar, é o governo dizendo que depende da Assembleia.

A categoria precisa saber de vocês quem está engabelando quem. Quem está mentindo para os defensores? É o governo ou é esta Casa? O que não se pode – e aqui chegou o meu querido amigo líder Rosemberg – é estar desrespeitando a categoria. Quantas vezes nós já deparamos nos corredores com os defensores, buscando, humildemente, apenas a valorização. Nada mais nada menos do que a valorização. E, no entanto, esta Casa vem protelando, postergando. O governo precisa adequar. Ora, se é o governo quem envia o projeto ele não teve tempo hábil, dentro de 2 anos, para fazer um estudo de viabilidade financeira? Um estudo técnico? Então, é a isso que a gente precisa dar um basta.

E outra coisa, se for para, também, não encaminhar o projeto, chega e diz: “Pessoal, nós esbarramos na burocracia, nós esbarramos nas condições financeiras, esse projeto não vai ser apreciado.” Pronto! Mas, não, cria expectativa para fazer com que os defensores saiam dos seus lares, deixem seus afazeres em busca de sua valorização e sem sequer uma justificativa...

(As galerias se manifestam.)

É simples, isso é algo simples, é só dizer: “Não, deputado, categoria, nós vamos valorizar, esse projeto vai chegar tal dia e nós vamos aprovar”.

Beleza. Ou: “Não, esse projeto não vai ser mais aprovado”.

Aí, a categoria vai ver quais providências tomar. Agora, não se pode é ficar protelando: vem hoje, vem amanhã, vem hoje, vem amanhã, e nenhuma providência sendo tomada.

Srs. Parlamentares, outra coisa que me chama a atenção e eu trago à esta tribuna é em relação... e eu preciso do apoio de todos os parlamentares, preciso do

apoio da Polícia Militar, especialmente da Polícia Rodoviária Estadual. Na estrada que liga Juazeiro ao município de Sento Sé há um alto número, deputado Euclides, de animais soltos. É preciso que a gente forme uma comissão, envolvendo o Ministério Público, envolvendo as polícias, principalmente a Rodoviária Estadual, e comece a enquadrar os proprietários...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) dos animais para que tomem providências e não permitam que esses animais fiquem à solta na rodovia, porque têm causado acidentes, com pessoas morrendo, famílias tendo suas perdas e nenhuma providência é tomada.

Então, que se realize uma audiência pública, que seja feito um movimento, que se enquadre dentro da legislação. Mas eu peço ao governo do estado, à Polícia Militar, ao Ministério Público que tomem providências...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) em relação a isso.

Eu só peço mais um tempinho a V. Ex.^a para concluir, dizendo da alegria, meu querido presidente Zé Raimundo, que, hoje, vive o povo de Campo Formoso. Na próxima quinta-feira, dia 25, nós vamos dar a ordem de serviço para aquela que, sem sombra de dúvida, representa a maior obra, o maior investimento da história daquele município, que é a construção do hospital regional, com recursos de mais de 60 milhões, que será referência, deputado Rosemberg, em oncologia e também em cardiologia, o que vai desafogar o Hospital Aristides Maltez, sem sombra de dúvidas, principalmente para os municípios da Região Norte.

Então, venho com muita alegria, com o coração repleto de emoção, trazer para V. Ex.^{as}, para o povo da Bahia, a minha felicidade de ver a minha terra natal, o meu município, gerido pelo prefeito Elmo, que é o grande autor dessa idealização, que teve a contrapartida do município, junto com seu irmão, o deputado federal Elmar, que alocou recursos da ordem de quase 40 milhões, mais a contrapartida do município, para que esse sonho se torne realidade. Cuidar da saúde é cuidar de gente, é trazer prosperidade.

Meu muito obrigado, e me desculpe por exceder o tempo, meu querido presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, deputado Júnior Nascimento.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Seguindo a ordem de inscrição, eu convido o deputado Pablo Roberto pelo tempo de 5 minutos. Pablo Roberto, por favor. Pequeno Expediente. V. Ex.^a disporá de 5 minutos.

O Sr. PABLO ROBERTO: Boa tarde, Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas, Srs. Deputados, a todos que nos acompanham, saudar a todos que nos acompanham aqui na pessoa de Patrícia Pataxó. Seja muito bem-vinda a esta Casa. Nós que já nos conhecemos de longas datas, ainda da época da Fundac. Dizer que conta também

com a minha solidariedade e o meu apoio nessa batalha que é tão nobre e tão cara para todos nós. Sejam todos muito bem-vindos.

Mas eu quero, Sr. Presidente, ainda durante esta fala, fazer o registro do grande evento que aconteceu na cidade de Feira de Santana nos últimos dias, que foi mais uma realização de um grande evento, de uma grande festa, a micareta deste ano. Nós sabemos que a prefeitura municipal tem a atribuição, a missão de realizar esse grande evento, a maior festa fora de época, a maior micareta do Brasil, que contou com apoio de muita gente para que a festa pudesse acontecer nos 4 dias, que, mais uma vez, continua com o título da maior festa fora de época.

Está de parabéns a prefeitura municipal com toda sua equipe. O governo do estado também participou com diversas ações lá, com a Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, e tantas outras instituições que também fizeram com que essa festa pudesse acontecer, a guarda municipal, os veículos de comunicação, e o povo de Feira de Santana, que foi para as ruas durante os 4 dias de festas, numa demonstração de paz, de amor e de alegria, fazendo com que Feira de Santana pudesse continuar com o título que tem esse grande evento.

Evento esse que não tem, deputado Hilton, apenas a missão de levar o entretenimento, porque nós sabemos também o quanto é importante para a economia da nossa cidade, para a economia do estado. Eu tive a oportunidade de conversar, durante os 4 dias de festa, com muitos empresários que estavam lá, com os comerciantes, sobre o número de empregos que se gera durante todos os dias de festa.

Então, isso nos dá a condição de pensar, cada dia mais, numa micareta moderna, numa micareta que possa, nos próximos anos, ter o seu conselho municipal da micareta reativado, que possa conversar com segmentos organizados com bastante antecedência.

Um dos problemas que nós enfrentamos neste ano foi a incerteza com relação à data da festa, o que, inclusive, causou problemas a muitos artistas que já haviam sinalizado o desejo de participar do evento, mas, por conta da demora na divulgação da grade, o que acabou acontecendo foi que eles não conseguiram participar.

Então, parabéns a todos aqueles que contribuíram e colaboraram para que Feira de Santana pudesse continuar realizando essa festa, a maior festa do nosso estado, a maior micareta do Brasil.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Concedo a palavra ao nobre deputado Tiago Correia. Tiago Correia, V. Ex.^a é o próximo inscrito. Abdicou, Tiago? (Silêncio) Seguindo, a gente faz a permuta. José de Arimateia. (Silêncio) Não se encontra.

Com a palavra o deputado Euclides Fernandes pelo tempo de até 5 minutos. Após V. Ex.^a eu retorno para Tiago Correia.

O Sr. EUCLIDES FERNANDES: Sr. Presidente desta sessão da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, deputado estadual Zé Raimundo, Srs. e

Sr.^{as} Deputadas, o governador Jerônimo Rodrigues esteve, no último sábado, na cidade de Andorinha, cidade essa que tem como prefeito o dinâmico Renato Brandão.

Foi com bastante entusiasmo a presença da população na recepção a S. Ex.^a o governador. Na oportunidade, para atender ao bem-estar da população de Andorinha, para melhorar a qualidade de vida do povo de Andorinha, o governador fez entregas de obras importantes, a exemplo do colégio em tempo integral para a juventude do município. No colégio em tempo integral, o aluno fica o dia todo na escola. Lá terá não só o ensino, o colégio também é equipado para que o jovem estudante possa desenvolver as suas aptidões no mundo artístico, através de um auditório; nos esportes, com a quadra de esporte coberta e também o campo society; e um excelente refeitório para a alimentação de boa qualidade dos estudantes e os jovens do município de Andorinha.

Essa escola em tempo integral foi entregue. Eu, que historicamente sou um educador, fiquei muito feliz como representante daquele município, porque tenho comigo que o maior patrimônio que um pai de família pobre, o lavrador da zona rural, o operário do campo pode deixar para seu filho, legar para o seu filho é a educação. Então, fiquei bastante feliz com essa entrega.

E tem mais, Sr. Presidente, Zé Raimundo, são dezenas de escolas em tempo integral que o nosso governador Jerônimo Rodrigues tem entregado aos municípios do estado baiano.

Mas também, Sr. Presidente, foi entregue ao município de Andorinha a UBS no bairro Vila Peixe; entregue também a base da SAMU, com uma ambulância; o centro de reprodução animal e melhoramento genético, com inseminação artificial. Foram entregues com as presenças de S. Ex.^a, o governador, e do nosso querido prefeito Renato Brandão, o que encheu o povo de Andorinha de satisfação e alegria.

Não ficou somente nisso, Sr. Presidente, o governador assumiu também o compromisso de novas obras para melhorar a condição de vida e o bem-estar da população de Andorinha. Ele se comprometeu com o asfaltamento das principais avenidas da cidade; a construção de 4 quilômetros de asfalto no anel viário BA-220; a pavimentação asfáltica da via que liga a sede do município ao povoado de Medrado; a construção de quadra poliesportiva coberta, com vestiário, no povoado de Riacho Seco; a troca da grama do estádio municipal por grama sintética.

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, foi um momento, realmente, de muita felicidade...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) essa presença de S. Ex.^a Jerônimo Rodrigues.

É bom registrar, Sr. Presidente Zé Raimundo, que o governador Jerônimo Rodrigues já esteve em, aproximadamente, 200 municípios, não só levando o benefício do bem-estar para a população com suas entregas, mas dialogando e conversando para trazer novas entregas, novas obras...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) para o bem-estar das populações dos municípios do querido estado da Bahia.

Concluindo, Sr. Professor Zé Raimundo, deputado estadual. Também quero registrar o empenho do governador Jerônimo Rodrigues no que diz respeito aos indígenas. Ele montou o projeto que deve ser votado hoje, trazendo uma condição melhor para aqueles professores que vão cuidar da educação dos indígenas do estado da Bahia.

Obrigado, Sr. Presidente. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, deputado Euclides Fernandes.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eu convido agora o deputado Tiago Correia, que havia permutado com o deputado anterior.

O Sr. TIAGO CORREIA: Boa tarde, Sr. Presidente, nobres colegas, amigos que ocupam hoje essa galeria, amigos da imprensa, servidores desta Casa.

Sr. Presidente, subo hoje a esta tribuna, primeiro, para parabenizar o presidente da Comissão de Agricultura, nosso ilustre colega Manuel Rocha, parabenizar o presidente da Comissão de Infraestrutura, Eduardo Salles, pelos debates promovidos nas duas comissões, e parabenizar o presidente desta Casa, Adolfo Menezes, que nos tem dado condições de extrapolar os ambientes desta Casa e viajar pelo estado da Bahia, buscando conhecimento, ouvindo a população e ouvindo as demandas.

Isso aconteceu no último sábado, Sr. Presidente, quando participamos do evento III Cacaucultura 4.0, no município de Riachão das Neves, na região de Barreiras, que mostra a potencialidade dessa cultura extrapolando o litoral do nosso estado, que é a região característica da produção de cacau, como Ilhéus, Itabuna, Gandu, enfim, todos esses municípios localizados na região de Mata Atlântica.

O cacau, hoje, rompe fronteiras e começa a se desenvolver de maneira muito pujante no Oeste do nosso estado, o cacau a pleno sol. Isso tudo foi demonstrado nesse evento do qual participamos, quando ouvimos as demandas dos produtores rurais, mostrando que a Bahia pode voltar a ser o maior estado produtor de cacau do país e devolver ao Brasil a posição de maior produtor de cacau do mundo. Cacau que, hoje, atinge preços históricos, deputado Rosemberg, devolvendo à Bahia a condição de investimento em uma cultura tão importante e que já serviu tanto ao nosso estado e ao nosso país.

E não diferentemente, nesta semana a Comissão de Agricultura, por proposição feita pelo deputado Ricardo Rodrigues, estará presente na Expoagri, em Irecê, onde será inaugurado o escritório regional do Inema, que vem fazendo um trabalho de excelência por todos aqueles agricultores que precisam das outorgas de água para irrigar as suas produções. O Inema, em parceria com esta Casa, conseguiu fazer com que o benefício da dupla tarifa voltasse e fosse estendido a diversos

produtores rurais, mostrando a força dessa Comissão de Agricultura, deputado Manuel, da qual me orgulho de fazer parte.

Eu também queria convidar toda esta Casa, inclusive V. Ex.^a, que é conquistense como eu, para o 3º Encontro Nacional do Café, no município de Barra do Choça, nos dias 24, 25 e 26 de maio, proposição que já coloquei a esta Comissão de Agricultura e foi aprovada. Estaremos lá para conhecer todas as demandas da localidade. Um evento belíssimo, realizado por um casal de produtores rurais, o Sr. Giano Brito e a artista plástica Valéria Vidigal.

Eu queria estender o convite a todos os colegas dessa Casa para participarem desse importante evento que extrapola a produção do café, demonstrando outras culturas que podem ser desenvolvidas por pequenos produtores, principalmente, daquela região, diversificando e ampliando as fontes de renda.

Então, Sr. Presidente, é isso que eu trago. Estendo esse convite a todos. Em breve, nos dias 24, 25 e 26 de maio, vamos tomar esse bom café no município de Barra do Choça, na região de Vitória da Conquista.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, nobre deputado Tiago Correia.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eu concedo a palavra ao deputado Júnior Muniz. O deputado não se encontra. Em permuta, a deputada Olívia Santana, pelo tempo de até 5 minutos.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: Obrigada, presidente. Eu quero, inicialmente, saudar todas as pessoas que aqui estão. São muitos os assuntos e vou lutar para ser objetiva na minha fala aqui. Mas eu quero saudar com muita satisfação, com muito carinho a presença da nossa superintendente de Povos Indígenas, a nossa querida Patrícia Pataxó, e na pessoa dela toda a comunidade indígena aqui presente, assim como a nossa prefeita Jailma, de Banzaê, que está aí também. Uma grande representação, altiva, bonita, a altura do projeto que nós vamos votar aqui, hoje, esse projeto de lei que o governador encaminhou para esta Casa para garantir a equiparação da atividade dos professores indígenas com os demais professores.

A carreira da educação não pode ter discriminação. Tem de garantir, de fato, essa equiparação, esse reconhecimento de uma dívida histórica que a Bahia precisa sanar. E, com certeza, o colegiado desta Casa dirá “sim” a esse projeto, que precisa ser aprovado por unanimidade, Sr. Presidente, para que a gente faça jus a essa luta histórica das professoras e professores indígenas.

Quero, aqui, também saudar a Defensoria Pública. Defensoras e defensores aqui presentes, contem com nosso apoio. Vocês sabem que a gente sempre teve a vontade política de votar esse projeto. Acho que o governo precisa mandar com celeridade para esta Casa o projeto, corrigindo o que tiver de corrigir. Mas nós precisamos resolver essa situação, que não pode mais perdurar.

(As galerias se manifestam com palmas.)

Quero, aqui, Sr. Presidente, rapidamente, agradecer ao Fundo de População das Nações Unidas, UNFPA, pelo convite que me foi feito para participar de dois grandes eventos mundiais. Um foi a Conferência Internacional de Parlamentares sobre a implementação do Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, que completa 30 anos. Foi uma conferência convocada para garantir, minhas irmãs, meus irmãos, os direitos sexuais e reprodutivos, sobretudo das mulheres, no mundo inteiro. Nós não podemos continuar vendo mulheres morrerem, vítimas de mortalidade materna, por causas evitáveis; meninas sendo aliciadas; meninas submetidas a casamento precoce, a casamento infantil; mutilação genital.

Então, foi um conjunto de assuntos que foram debatidos na Conferência de Oslo, na Noruega, num primeiro momento, a partir do dia 12 de abril.

Em seguida, nós fomos participar da conferência internacional... melhor dizendo, do Fórum Permanente de Afrodescendentes, convocado também pela Assembleia Geral da ONU para debater a nova Década Internacional de Afrodescendentes para os anos de 2024 a 2034, uma agenda de ações e políticas de enfrentamento ao racismo, à discriminação racial, à xenofobia e formas conexas de intolerância.

Eu participei em 2001 da Conferência Mundial contra o Racismo, não era vereadora, não era deputada, e acompanho há muitos anos, portanto, essa agenda mundial de promoção de direitos.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Quero, aqui, reafirmar a minha saudação à Sr.^a Florbela Fernandes, que representa o UNFPA no Brasil, e dizer que vamos submeter a esta Casa, presidente, uma matéria para que a Bahia decreta, em sua forma própria, uma agenda própria, colegas parlamentares, de promoção de políticas de igualdade racial para a década baiana afrodescendente.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Então, é um pouco isso que eu queria compartilhar, deputado Zé Raimundo. E pedir a força e o apoio dos parentes e também da nossa Defensoria Pública, que luta pela autonomia, aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, bem como ao direito à igualdade de negras, negros e povos indígenas originários deste país.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, deputada Olívia Santana. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Seguindo a ordem de inscrições, eu convido o deputado Júnior Muniz. (Silêncio) Não se encontra. O deputado Hassan. (Silêncio) Abdica.

Com a palavra o deputado Samuel Junior pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. SAMUEL JUNIOR: Sr. Presidente, demais colegas deputados e deputadas, a equipe que aqui representa os professores indígenas. Com certeza, com o apoio da Bancada da Oposição também, daqui a pouco nós votaremos o projeto dessa categoria.

Os defensores, na semana retrasada, eu fiz a minha deferência a vocês. Deus continue os abençoando.

Sr. Presidente, o que me faz subir à tribuna, meu caro decano deputado Euclides, por quem tenho muito respeito e consideração, é que hoje, dia 23 de abril, é comemorado o Dia Mundial do Livro. Eu poderia falar de inúmeros livros e de inúmeros fatos, meu caro deputado Hassan. Agora, pasmem os senhores, ontem o presidente da República disse ao ministro que é para ele não ler livro, é para ele conversar mais.

Eu podia lembrar, aqui, algumas histórias. Caro Euclides, o senhor é um historiador. Mas, hoje, pela manhã, eu me lembrei de uma historiazinha de um burro que conversava com o tigre sobre a cor da grama. O burro afirma que a grama é azul. O tigre começa a debater com o burro.

Moral da história: eles chegam até o rei da selva, o leão, para provar se a grama era azul ou era verde. O rei da selva resolve concordar com o burro ao afirmar que esse estava certo. O burro sai eufórico pulando de alegria. Logo, o tigre recebe uma punição de passar 5 anos calado. Assim conta a história.

Eu vou dizer que são 2 anos e 8 meses em silêncio.

Mas o tigre foi perguntar ao rei da selva por que ele estava recebendo aquela punição, pois todo mundo dizia que a grama era verde. O leão respondeu: “O problema não é a discussão da cor da grama. O problema é você, um tigre, estar discutindo, com um burro, a cor da grama.”

Um professor de História, um professor de Ciências Políticas, um professor da universidade mais conceituada do nosso país, a Universidade de São Paulo, está sendo proibido, agora, pelo presidente da República, de ler livro!

Agora, pasmem os senhores, hoje é no Dia Mundial do Livro.

Aí, recebi, presidente, um convite para a abertura da Bienal do Livro Bahia.

(O orador mostra o convite.)

Mas o presidente da República está dizendo que não é para se ler livro!

Eu quero, meu caro Haddad, lhe recomendar dois livros que faço leitura. Um, eu já fiz a leitura e gosto muito, que é o livro do autor Tiago Brunet, inclusive, um autor evangélico, com o título *Especialista em pessoas: Soluções bíblicas e inteligentes para lidar com todo tipo de gente*. Pode ler esse livro que você se dará muito bem.

Há outro livro que gostaria de indicar para o senhor e para todas as pessoas que nos assistem. É o livro mais lido de todo o mundo: a Bíblia Sagrada. Nesse livro, nós encontramos todas as respostas que a gente precisa para uma vida e para uma administração, meu caro deputado Marcelo.

Há algo mais interessante que gostaria de dizer para o meu caro ministro Haddad. É a história de José. A Bíblia diz que o rei sonha com sete vacas gordas e sete vacas magras. O rei acordou muito assustado com aquele sonho que estava tendo e procurou saber quem podia interpretar aquele sonho. A Bíblia diz que José estava preso por causa de uma armação da mulher de Potifar. Quando José chega até o rei, meu caro presidente Zé Raimundo, o rei conta a José o seu sonho. José responde-lhe: “Meu caro rei, nós vamos viver 7 anos em bonança, mas também viveremos 7 anos de escassez.”

Quem sabe se fosse nos dias de hoje, a gente poderia dizer que vamos viver ou vivemos 4 anos de bonanças, mas vamos viver 4 anos de escassez.

E quando José diz ao rei e interpreta esse sonho, o rei lhe entrega a chave. E José vai estocar, durante 7 anos, alimentos para o tempo, que era o tempo da bonança. Logo em seguida, quando vem os 7 anos de escassez, tem alimento suficiente para alimentar as pessoas.

Quando converso com algum prefeito com quem tenho uma relação pessoal, os prefeitos inclusive que “fizeram o L”, eles disseram, meu caro deputado Manuel, o seguinte: “Nós nunca vivemos um tempo onde o recurso chegava na ponta, como à época do ex-presidente Bolsonaro.”

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Hoje, a gente poderia tomar vários exemplos. Vou tomar como exemplo a cidade de V. Ex.^a, Vitória da Conquista, uma das cidades mais importantes do nosso estado, local onde passa de mais de 200 mil habitantes e recebeu, apenas, 7 mil doses para o combate à dengue.

Esses são os anos da escassez que nós estamos vivendo. E vocês não estão lendo a Bíblia Sagrada, que orienta como vocês devem viver o ano da escassez.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

E, aí, contradizendo o que o presidente disse, meu caro Pablo, a gente, a cada dia, deveria fazer boas leituras de livros.

Me inspira muito quando eu vejo V. Ex.^a subir à tribuna para fazer o discurso acalorado que V. Ex.^a sempre tem, trazendo conhecimento para a gente. Isso é fruto da leitura que V. Ex.^a faz.

Que o ministro Haddad e outros ministros possam, sim, fazer leituras. Quem sabe a dificuldade que nós estamos vivendo na economia não seja a falta de uma boa leitura, que o ministro das finanças não está fazendo. Eu recomendo a ele a leitura da Bíblia Sagrada.

Que Deus tenha misericórdia do nosso Brasil.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, nobre deputado Samuel Junior.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eu concedo a palavra ao deputado e líder Alan Sanches pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ALAN SANCHES: Sr. Presidente, deputados, deputadas, saúdo também os professores, aqui, os indígenas.

Este projeto, gente, era para ter sido votado desde o ano passado. Inclusive, a Oposição já tinha recebido, na liderança da Oposição, alguns representantes de vocês. Estava acordado, mas a gente sabe que cada coisa tem o seu momento, mesmo de forma atrasada chegando a esta Casa, mas contará com o apoio total e irrestrito da Bancada da Oposição, que é um projeto que já está completamente amadurecido. Então, contem conosco.

(As galerias se manifestam com palmas.)

Sr. Presidente, deputado Rosemberg, eu queria trazer um tema que, para mim, é de suma importância com relação ao trabalho de cada deputado. Deputado Manuel Rocha, deputado Marcelinho Veiga, deputado Felipe Duarte, vejam bem, inclusive, a deputada Ivana Bastos e o deputado Rosemberg, que são presidenciáveis nesta Casa, deputado Hilton e deputado Hassan, eu queria chamar V. Ex.^{as} a uma reflexão.

Vejam bem, deputado Zé Raimundo, deputada Olívia, aconteceu um fato com o deputado Leandro de Jesus. Hoje, nós somos Oposição, deputado Euclides. Amanhã, deputada Ludmilla, a Oposição poderá ser a senhora. Então, a gente tem de, primeiro, separar as coisas: a atuação parlamentar e também a identidade ideológica de cada um.

O deputado Leandro de Jesus, que poderia ser qualquer um dos 63 aqui, investido em sua autoridade de deputado e de fiscalizador do Executivo, queria demonstrar, deputado Marcelino Galo, que tal unidade está funcionando ou não está funcionando, como poderia em qualquer outro lugar.

A reflexão que eu comecei a trazer aqui para V. Ex.^{as} é que nós, deputados desta Casa, deputados da Bahia, precisamos regulamentar isso. Nós somos 20 deputados da Oposição. V. Ex.^{as} são 43 deputados da Base do Governo.

Que nós tivéssemos... Para que evitasse que o deputado tivesse de pular o muro para entrar numa unidade fechada, que já foi dada como aberta, que ele tivesse a autorização ou o acompanhamento do órgão efetivo do Poder Executivo.

Só que o que acontece? Vamos fazer uma suposição. Hoje, a deputada Ivana é da Oposição e quer fiscalizar o governador ACM Neto. O que acontece? Ela quer ir numa unidade em que o vereador da cidade dela denunciou. O que o governador ACM Neto faria? “Deixa ela no vácuo. Não vou permitir.”

E, constitucionalmente, ela tem o direito de fiscalizar, porque foi colocada nesta cadeira não só para fazer as leis, mas, também, para fiscalizar o Poder Executivo.

Dessa forma, eu estou apresentando, nesta Casa, um projeto de lei, a fim de que a gente possa ter, ao menos, um período de uma resposta, preparando o ambiente “a”, “b” ou “c”. Não tem problema. Não precisa ser de supetão.

O intuito é que qualquer deputado tenha a sua solicitação, como poderia ser o deputado Hilton, querendo fiscalizar o que quer que seja. Bem, quando eu digo fiscalizar é, apenas, conhecer aquele ambiente, saber se aquele ambiente está

preparado, pode ser um hospital, pode ser a CAR, pode ser uma escola, qualquer coisa.

Mas o que acontece? Isso é com este governo. Mas isso pode acontecer com qualquer um outro. Nós temos de regulamentar a permissão, já que não era nem para que fosse necessário isso. Mas que se tenha a permissão dada a qualquer deputado num período de 8 dias, ...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) de uma semana para que o deputado pudesse fiscalizar as denúncias que recebe.

O que não pode é o governo do estado, simplesmente, passar para uma autoridade “a”, “b” ou “c”, e vai passando para outra. “Não, o responsável é fulano de tal.” Tudo tentando postergar ou trazer a negativa de uma fiscalização.

A Sr.^a Ivana Bastos: Mas pulando a cerca, deputado? Pulando o muro?

O Sr. ALAN SANCHES: Deputada, agora, eu vou responder, diretamente, à senhora.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

A Sr.^a Ivana Bastos: Certo.

O Sr. ALAN SANCHES: A senhora se equivoca quando a senhora fala isso. A senhora devia estar aqui defendendo o direito de o deputado de adentrar àquela unidade. V. Ex.^a deveria estar defendendo os seus pares. Ele pulou o muro, porque não foi permitida, pelo governo de V. Ex.^a, a entrada dele para fiscalizar e visitar. Por que ele pulou o muro? Porque ele ficou 3 horas, deputada, 3 horas esperando, apenas, o segurança abrir a porta. Mas, para isso, precisava de autorização da Sesab. Mas, a senhora, deputada...

A Sr.^a Ivana Bastos: Desconheço. Não! Desconheço, deputado.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Questão de ordem!

O Sr. ALAN SANCHES: Primeiro, eu não dei aparte à deputada. Eu não permiti aparte.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Questão de ordem.

Não cabe aparte no horário do Pequeno Expediente. Não cabe aparte no Pequeno Expediente.

O Sr. ALAN SANCHES: Mas a senhora poderá subir à tribuna para falar.

Agora, a deputada Ivana, que quer ser presidente desta Casa, deveria estar comprando, justamente, a defesa do colega!

A deputada Ivana...

A Sr.^a Ivana Bastos: Não, eu não...

O Sr. ALAN SANCHES: A deputada Ivana Bastos, a deputada deveria estar comprando a defesa do colega, e não a defesa do governo. O colega, deputada Ivana... Eu me sinto, também, prejudicado quando um colega da Casa não pode entrar em uma unidade do estado, unidade pública, unidade fechada. Agora, a senhora quer levar que ele pulou o muro por causa disso. Quanto a essa discussão, a gente pode ter.

Obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, obrigado, líder Alan Sanches.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Seguindo a ordem dos deputados inscritos e das deputadas inscritas, eu convido o deputado Vitor Bonfim para falar. (Pausa) Ele não se encontra.

Com a palavra o deputado Robinho, presente no momento, pelo tempo de até 5 minutos, no Pequeno Expediente.

O Sr. ROBINHO: Boa tarde, amigos, boa tarde, meu presidente e professor Raimundo.

Eu quero, aqui, nesta oportunidade, relembrar como está a política nacional.

(O orador mostra a capa da revista *Veja*.)

Orquestra Desafinada. No meu entendimento, eu vou dizer que o governo central, o governo do “Lule” está uma torre de Babel! Eu não preciso nem usar as minhas palavras. O governo, que tinha o consórcio de comunicação, parece que está perdendo o consórcio de comunicação.

O *GI* era um dos grupos do consórcio da comunicação. Nas palavras de “Lule”, ele diz: (Lê) “*Só por teimosia, Padilha vai ficar muito tempo.*” Destaco o termo “só por teimosia”. Também, pelo *GI*, ressalto o dia em que Lula puxou a orelha do Haddad ao dizer: “*Pare de ler livros!*” O presidente da República vira para o ministro da economia e diz assim: “Você tem de parar de ler livros.” O presidente da República diz ao vice-presidente: “Você está muito lento.”

Aí, chegou para a Nísia, numa reunião ministerial, foi tão desaforado com a Nísia, ministra da Saúde, que a mulher entrou em prantos, chorando.

(Lê) “*Em meio à falta de apoio de aliado, Rui Costa reclama do fogo amigo.*”

E mais, o ministro da Casa Civil diz que está tendo um boicote, fogo amigo, do PT de São Paulo.

(Lê) “*A ala radical do PT empareda ministro Camilo Santana, ministro da Educação.*”

Então, esse governo virou mesmo uma torre de Babel. Eu vou dizer até a palavra certa: virou um desgoverno!

Agora, eu tive a oportunidade em escala bem pequena de ser prefeito durante 8 anos. Secretário meu não errava. Quem errava era o prefeito. Quando eu estava prefeito, quando a cidade começava a entender que o secretário estava errando e errando, eu dizia: “Secretário não erra. Quem erra é o prefeito. O secretário vai ser demitido.”

Então, se o governo, se o presidente da República começa a criticar os seus ministros, ele tinha de tomar a atitude de trocar o ministro. Se o ministro não está fazendo o trabalho correspondente com o que o governo precisa, demite. Mas, infelizmente, o governo não tem um mando.

Inclusive, aqui na *Veja* também há uma matéria do consórcio, que parece que está saindo do consórcio. Está na revista: “Lula me dá autonomia para eu fazer o que eu bem entendo.”, palavras da Rosângela da Silva, a popular Janja. Esse é o governo do PT, o governo do presidente Lula, “Lule”.

Que Deus tenha misericórdia do Brasil.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eu concedo a palavra ao nobre deputado Alex da Piatã. (Pausa) Ele não se encontra.

Com a palavra o deputado Marcelino Galo pelo tempo restante do Pequeno Expediente.

O Sr. MARCELINO GALO: Sr. Presidente, deputado Zé Raimundo, ora em exercício na presidência desta sessão; nossos deputados e deputadas; nosso líder do Governo, deputado Rosemberg; líder da Oposição, Alan Sanches; nossos queridos parentes presentes, falo em nome de Patrícia Pataxó,...

(As galerias se manifestam.)

(...) nossa superintendente, que vem fazendo um trabalho excepcional na Secretaria de Promoção da Igualdade Racial.

Saúdo os nossos defensores públicos presentes.

(As galerias se manifestam com palmas.)

Hoje, nós temos de celebrar e discutir uma atividade, um projeto de lei que nós vamos votar, aqui, e que dignifica esta Casa. Não vamos perder tempo discutindo se o deputado pulou ou não o muro ou por que o deputado pulou ou não.

Então, nós vamos discutir, aqui, o projeto.

Nós vamos agradecer ao deputado Alan Sanches. Eu sei que ele fez isso por obrigação, porque ele não pensa isso.

Nós vamos fazer uma correção de uma injustiça histórica em relação aos nossos professores indígenas.

(As galerias se manifestam.)

Hoje, pela manhã, estivemos com o governador Jerônimo. Ele manifestava ali um estado de felicidade plena por saber que a Assembleia Legislativa da Bahia, hoje, à tarde, votará este projeto. Vamos votar, vamos aprovar por unanimidade, porque a complexidade do ensino, nas aldeias indígenas e nas diversas nações, é muito mais trabalhosa, requer muito mais preparação científica e técnica, muito mais pedagogia, que é justamente fazer a adequação e a correção cultural para trazer as histórias, a verdadeira história dos nossos povos indígenas que foi a construção que deu a este país.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Nobre deputado, permita-me, por favor.

Como não houve acordo para a continuidade do Pequeno Expediente, nós teremos de iniciar, agora, o horário do Grande Expediente.

O Sr. Rosemberg Pinto (fora do microfone): Presidente, ele pode falar no Grande Expediente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Nesse caso, V. Ex.^a poderá indicá-lo para continuar. Correto?

O Sr. Rosemberg Pinto (fora do microfone): Isso.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Então, neste momento, está encerrado o Pequeno Expediente.

(Não foi revisto pelo orador.)

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Grande Expediente.

O Sr. Rosemberg Pinto: Indico o deputado Marcelino Galo para falar.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Com a palavra o orador inscrito, o deputado Marcelino Galo.

O Sr. MARCELINO GALO: Continuando, eu estava dizendo da importância do dia de hoje para a Assembleia Legislativa da Bahia.

Então, nós votaremos um projeto que estava tramitando. Acompanhamos a luta dos professores, a luta de todos os povos indígenas do nosso estado, no sentido de aprovar, não a valorização, mas fazer com que esse professor seja reconhecido como todos os professores do nosso estado.

Então, eu falava da complexidade, da necessidade de preparação, do conhecimento, da capacitação e do exercício precário que se dá nas nossas aldeias. Então, esse é o passo inicial. Mas nós temos de trabalhar no sentido de levar escolas da melhor qualidade, levar espaços culturais para a gente poder preservar essas culturas, preservar essa diversidade.

O governador Jerônimo Rodrigues esteve em Porto Seguro, há pouco tempo. Ali, aquele ato foi carregado de um simbolismo que a gente tem de registrar na história deste estado e deste país. Ele foi a Porto Seguro, 524 anos depois. Ele é o governador tupinambá.

Isso é a verdadeira demonstração da resistência dos nossos povos indígenas que resistiram. Esse foi um povo massacrado ao longo da história pelos colonizadores. E, com sua participação, com sua efetiva atividade política, ele dá, a este estado, com muito orgulho, um governador tupinambá, pela primeira vez, governador desta história.

(As galerias se manifestam.)

Nós temos de respeitar muito este partido. Só pelo Partido dos Trabalhadores, nós vamos ter uma empregada doméstica senadora e uma ministra do Meio Ambiente que se alfabetizou aos 18 anos de idade, mas aprendeu a lutar pelo seu povo.

Aqui se falou muito de leitura. Quem é qualquer um para dizer ou falar que o presidente Lula não recomenda livros? O presidente, ele aprendeu na vida, ele leu na

cadeia! Porque é a elite que não permite a ascensão de um trabalhador, de um operário!

(As galerias se manifestam.)

A elite reserva, sempre, a cadeia para o povo!

E ele, ali, na sua nobreza, demonstrou a capacidade de resistência do povo brasileiro! O que ele mais fez ali, naquela... Ele não foi para a cadeia ler a *Veja*, como foi apresentado, aqui, não! Ele foi ler literatura, ele foi ler história! Então, é um dos presidentes que mais lê, e leu muito, e leu, também, naquele espaço reduzido.

Ali, também, tinha uma janela. Ali, a sociedade organizada e os trabalhadores iam, de dia, dizer “bom dia, presidente” e, à noite, dizer “boa noite, presidente”. Isso ajudou a resistência.

Ali, tivemos de volta, graças a resistência do povo brasileiro. Quem mais resistiu ao longo desse obscuro recente passado de 6 anos foi justamente os povos indígenas. Eles não temeram, não ficaram escondidos e foram para as ruas. Se temos liberdade e democracia hoje neste país, é também graças à resistência dos povos indígenas.

Vocês ensinaram o que é lutar por liberdade e o que é lutar por democracia! Lula voltou com toda a força à presidência da República. Quero então mostrar uma parte da *Veja* aqui. O deputado nem prestou atenção em uma parte da *Veja* que ele estava mostrando, porque ele lia a parte de cá e mostrava para lá. Então, vamos aqui registrar que foi justamente nesse período mais duro que o presidente mais aprendeu sobre este país.

A deputada Fátima Nunes solicitou um aparte.

A Sr.^a Fátima Nunes: Meu caro colega, deputado Marcelino Galo, eu quero parabenizá-lo pelo brilhante fala. O senhor já carrega essa luta dos povos indígenas por longas datas, desde que eu cheguei nesta Casa e em outras caminhadas que fizemos juntos com o Partido dos Trabalhadores e das trabalhadoras. Nós sabemos o valor que tem cada um de nós, descendentes desses povos, que foram os originários do nosso Brasil.

Portanto, eu quero saudá-lo e parabenizá-lo. Quero saudar todos e todas que estão aqui na tribuna da Casa em nome da nossa superintendente Patrícia Pataxó; e em nome da nossa prefeita de Banzaê, Jailma Dantas.

(As galerias se manifestam com palmas.)

Ela que, na sua gestão, criou o que primeiro era departamento e hoje é a Secretaria de Povos e Comunidades Tradicionais.

Portanto, é com essas pessoas que a gente conta para chegarmos a um dia como o de hoje, um dia no qual nós vamos votar um projeto de lei construído por muitas mentes e por muitas cabeças que perceberam essa distância existente entre o valor do salário de todos os professores do estado e o valor do salário dos professores indígenas. Tivemos esse compromisso na campanha do nosso governador Jerônimo Rodrigues quando ele ainda era secretário de educação e hoje vamos concretizar esse sonho votando esse projeto daqui a pouco.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

A gente sabe que essa votação não é de agrado para todos e para todas, mas o importante é que nesse caminhar esses percebam que não existe Brasil sem os povos indígenas, que não existe nação brasileira construída com dignidade sem os povos indígenas.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Que percebam a luta deles e delas para fazerem com que a natureza ainda resista com árvores, com água e com plantas, porque a gente sabe que a ganância pelo lucro destrói e devasta o planeta. São eles e elas que, com garra, com resistência, com maracá, com força, com toré, com penagens diversificadas – como a gente pode perceber aqui –, estão na trincheira da defesa da democracia, do respeito, da dignidade, de vida digna e da vida longa para o nosso país.

Muito obrigada! Salve os povos indígenas! Salve a luta do ATL.

(As galerias se manifestam com palmas.)

O Sr. MARCELINO GALO: Obrigado, deputada Fátima Nunes. A gente falava da ida do governador Jerônimo ao município de Porto Seguro. O governador foi entregar ali escola de ensino integral, de tempo integral. Ele foi entregar vários complexos policiais, foi aportar capacidade humana e recursos no sentido de a polícia, com a sua inteligência, combater a violência contra os povos indígena.

Existe a violência direta daqueles que querem continuar usurpando o que há de mais sagrado para este povo, que é a terra, o seu território, porque é ali que se exerce a relação com a natureza, a relação com a vida. Então, nós temos de preservar os territórios dos povos indígenas. Nós temos de preservar a sua cultura.

Vejam vocês a importância, o simbolismo e a força que tem um governador com a capacidade de fazer isso. Não se baniou de uma vez por todas a violência, mas vai haver uma vigilância rigorosa no sentido de a gente preservar o que há de mais sagrado, a vida dos povos indígenas, de todas as suas nações.

Então, esta atitude do governador vai ficar para a história, porque é reescrever o processo de construção do povo e apagar a colonização.

A Sr.^a Olívia Santana: Um aparte, deputado.

O Sr. MARCELINO GALO: Por favor, um aparte a Sr.^a Deputada Olívia Santana.

A Sr.^a Olívia Santana: Obrigada, deputado Marcelino Galo.

Quero saudá-lo pela sua fala, pela sua sensibilidade, pela sua história de luta pelos direitos humanos na Bahia e no Brasil. Faz uma diferença enorme quando V. Ex.^a toma a palavra.

Eu pedi este aparte, porque considero que é muito importante ratificar o que V. Ex.^a trouxe de contribuição em relação ao nosso presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Lula é um dos presidentes da história do Brasil que mais contribuiu com o avanço da política do livro e da leitura, com o avanço da educação, com a criação de institutos federais, de universidades federais. Portanto, nesse dia que é o Dia

Mundial do Livro, uma data que homenageia os clássicos como William Shakespeare, Miguel de Cervantes e, Inca Garcilaso – em homenagem a eles, porque eles se foram exatamente nesta data de 23 de abril, eu quero também, deputado Marcelino Galo –, eu quero destacar a necessidade de valorizarmos a literatura nacional, livros que libertam as nossas mentes, que garantem um caminho afirmativo para o nosso povo.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Por isso, acho muito importante destacar nomes como o da nossa Conceição Evaristo, Jeferson Tenório, Carolina de Jesus e tantos outros e tantas outras. Acho que o nosso papel enquanto parlamentares é afirmar uma política de libertação do nosso povo, de emancipação do nosso povo, e não de escravidão mental e psicológica, algo que o presidente Lula sempre lutou contra.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Ele sempre lutou para garantir que as luzes do conhecimento toquem as mentes e os corações do nosso povo.

Então, parabéns a esta data. Aproveito para convidar todas e todos para participarem da Bienal do Livro Bahia 2024, aqui em Salvador, eu também estarei lá como autora, jovem autora, (risos) nova autora, mas acho que é isso, somos todas e somos todos amantes da literatura nacional.

Muito obrigada, deputado.

O Sr. MARCELINO GALO: Muito bem, deputada. Parabéns! Com certeza, nós estaremos nessa bienal fazendo a aquisição desse livro escrito pela nossa grande deputada.

O presidente Lula foi aquele que, pela primeira vez na história deste país, implantou um ministério para cuidar das questões indígenas e nomeou uma indígena... Deputada Olívia, também pela primeira vez na história da Academia Brasileira de Letras, nós temos a primeira participação de um indígena que é o Ailton krenak, um grande escritor e literário.

(As galerias se manifestam com palmas.)

Nesta Casa já tivemos o privilégio de apoiar e de aprovar, também pela primeira vez, uma Comenda Dois de Julho ao comendador cacique Babau. É dessa forma que nós agradecemos. É dessa forma que nós reconhecemos sua participação na construção deste país. Este estado tem a segunda maior população indígena de todo o Brasil, o que é muito importante. Vocês sabem da real importância de si mesmos.

Então hoje aqui não é só aprovar um projeto por unanimidade. Nós temos de agradecer também ao deputado Alan Sanches, que o defendeu. Nós, deputados, sabemos que é nossa obrigação, mas ele se antecipou, e no dia em que o governador Jerônimo esteve aqui, ele manifestou a intenção de toda a Oposição votar junto para que aprovemos por unanimidade esse projeto.

Então, temos de agradecer a Oposição, temos de agradecer ao deputado Rosemberg Pinto, que há muito tempo o acompanha. Ele é o líder da Maioria, líder

do Governo e também teve um grande empenho junto à Maioria do governo. Hoje, eu estava em uma reunião com o governador Jerônimo e havia ali também uma felicidade geral, a felicidade mais importante que existe, a felicidade pública, aquela que resulta justamente da ação dos agentes públicos.

Hoje é o dia que vocês vão se orgulhar desta Casa. Vão registrar os nomes de todos os deputados que votarão esse projeto. Por isso, nós estamos registrando aqui, vamos chegar ao momento da votação e vamos sair daqui celebrando a grande vitória da educação dos povos indígenas, valorizando como se deve os seus professores.

Então, muito obrigado a vocês. Diga ao povo que avance. Demarcação, já!

(As galerias se manifestam com palmas.)

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Horário das Representações Partidárias.

Concedo o tempo da representação do Psol ao nobre deputado Hilton Coelho.

(As galerias se manifestam com palmas.)

O Sr. HILTON COELHO: Sr. Presidente, manda contar a partir de agora, porque eu precisei equilibrar...

(O deputado Hilton Coelho estava apoiando um livro na bancada.)

Vamos lá, vamos ver se vai ficar... vou fazer o registro aqui das presenças... eu vou voltar a falar daqui a pouquinho sobre a nossa Defensoria Pública,...

(As galerias se manifestam com palmas.)

(...) porque o tom do debate hoje nesta Casa, é sobre aprovação, equiparação dos professores indígenas ao conjunto da categoria.

Quero registrar aqui todo o apoio do Psol a essa luta, os professores indígenas sempre contaram com isso na trajetória do nosso mandato. Registrar também que essa equiparação já chega com o piso defasado, porque o governo já deveria ter reajustado o piso da educação no estado da Bahia, então nós já seguimos no trajeto de luta. Mas, de fato, é muito importante que isso esteja acontecendo, porque era uma injustiça flagrante. Termos hoje os professores indígenas valorizados, isso significa valorizar também o debate da situação indígena no estado da Bahia.

Nós queremos, sim, que a abordagem sobre esses 500 anos de invasão dos territórios indígenas seja uma abordagem séria. Que a gente discuta na atualidade a questão fundiária na Bahia a ponto inclusive de trazer a luz a situação do nosso estado, de ter a segunda população indígena do Brasil, mas ser o estado com maior número de lideranças indígenas assassinadas e de defensores e defensoras dos direitos humanos perseguidos.

Então, debates como esses precisam ser feitos e os professores e as professoras indígenas são centrais, porque eles e elas têm lugar de fala para tratarem sobre essa situação da nossa Bahia, que ao nosso ver é dramática.

Bom, a segunda coisa que queria aqui registrar é toda nossa solidariedade ao companheiro Edmilson Rodrigues, prefeito de Belém-PA, que perdeu o seu jovem filho, Arthur Rodrigues, com apenas 16 anos.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Quero registrar toda nossa solidariedade ao companheiro Edmilson Rodrigues e a Bianca, mãe do nosso jovem Arthur, nesse momento tão sofrido. Edmilson pediu que todos se lembrassem de Arthur com a esperança e a alegria que ele sempre manifestou na sua vida social.

Bom, Sr. Presidente, para fechar, queria registrar também a importância de que o governo encaminhe para esta Casa o projeto do pagamento dos precatórios, deputado Rosemberg. Não foi nem uma, nem duas vezes que nós tivemos a sinalização por parte do governo de que ainda neste mês nós teríamos o pagamento dos precatórios, pois o recurso federal já está nas contas do governo do estado. Nós teríamos o pagamento dos precatórios.

Ainda que não venha de maneira tão injusta, pois há os juros de mora, é importante que os precatórios cheguem às contas dos professores e das professoras, que já começaram a vendê-los. Hoje existe um assédio pela venda antecipada dos recursos dos precatórios a grupos, a bancos privados.

Então, isso é um tensionamento com uma categoria que está numa situação extremamente difícil, especialmente o seu segmento de aposentados e aposentadas, não é, deputada Olívia? Então, precisamos resolver esse problema. Que o governo encaminhe logo o projeto. Que se pague em folha suplementar os precatórios do Fundef aos professores da rede estadual.

Por fim, Sr. Presidente, eu quero dizer que muito se falou aqui. Se falou de democracia, se falou da questão indígena, da questão educacional, da questão da saúde. Tudo tem a ver com a defesa que é feita por essas heroínas e esses heróis que estão espalhados pela Bahia – não na medida necessária –, que são as nossas defensoras e defensores públicos.

(As galerias se manifestam com palmas.)

Não conseguimos entender... Presidente, que hoje dirige os trabalhos desta Casa, Zé Raimundo, eu acho que o presidente Adolfo Menezes precisa dizer onde está o PLC nº 154/2023. Deputado Rosemberg, líder do Governo aqui nesta Casa, nós não pudemos fazer esse debate aqui e ser tão afirmativos. Vamos ser afirmativos aprovando a equiparação dos professores indígenas, mas cadê a equiparação dos defensores ao Judiciário e ao Ministério Público? Isso não pode continuar acontecendo em um estado que tanto precisa de uma Defensoria Pública forte, como mostra todos os discursos que foram feitos aqui nesta tarde, mas para isso é preciso ter reestruturação, fortalecimento da Defensoria Pública e fortalecimento de suas carreiras.

Há deputados que têm acesso às contas do governo e já me disseram aqui que o impacto vai ser muito pequeno. Como é que o governo faz um acordo, fez esse acordo no final do ano passado – só para concluir, Sr. Presidente, – e o projeto simplesmente não volta à pauta?

Só para concluir, Sr. Presidente, então, nós queremos dizer que tínhamos esperança de hoje já aprovar uma audiência pública para tratar do PLC nº 154/2023, o presidente esteve presente e eu também, mas infelizmente a Comissão de Direitos

Humanos não deu quórum. Na semana que vem nós queremos aprovar essa audiência pública e queremos a participação dos deputados da Casa para que assumam esse compromisso de que essa injustiça histórica vai ter um fim com a efetiva equiparação entre Defensoria Pública, Ministério Público e Judiciário da Bahia.

(As galerias se manifestam com palmas.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Para concluir.

O Sr. HILTON COELHO: Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eu concedo a palavra ao nobre líder do Governo e da Maioria ou ao líder do PSD para falar ou indicar o orador pelo tempo de até 13 minutos.

O Sr. Rosemberg Pinto: Sr. Presidente, o deputado Raimundinho da JR falará por 7 minutos, e a deputada Maria del Carmen falará por 6 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Então, concedo a palavra ao nobre deputado Raimundinho da JR pelo tempo de 7 minutos.

O Sr. RAIMUNDINHO DA JR: Boa tarde, Sr. Presidente, nobres colegas.

Quero parabenizar todo o povo indígena. Tenham certeza de que esta Casa hoje aprovará esse projeto tão importante para todos vocês que representam nosso país.

(As galerias se manifestam com palmas.)

Parabéns a todos vocês! Tenham certeza de que nesta Casa hoje nenhum parlamentar será contrário a esse projeto de lei, que o nosso governador esteve aqui e encaminhou para que a gente pudesse hoje concluir.

Mas, Sr. Presidente, hoje eu subo a esta tribuna para falar um pouco das nossas autoridades. Eu tive uma situação parecida com a do Leandro em minha cidade Dias d'Ávila. Lá nós temos uma prefeitura de oposição ao governo. A gente destinou para lá uma emenda, colocamos 73 equipamentos hospitalares lá. Quando eu fui pela primeira vez procurar o secretário de Saúde daquele município, ele me falou que o material não tinha chegado àquela prefeitura, eu fiquei surpreso, pois nós temos a emenda, temos toda a documentação que comprova. Eu voltei e mostrei a documentação que o prefeito tinha assinado como recebido.

A gente fica pasmo ao ver coisas dessa natureza. As pessoas querem fazer politicagem. Uma vez que o deputado se preocupou com a saúde do meu município, a cidade de Dias d'Ávila, porque a gente está ali para fiscalizar. Eu tenho certeza de que todos os deputados desta Casa honrarão com seus municípios, com as suas bases. A gente não pode continuar com essa situação.

Há uma coisa que eu quero chamar a atenção do Ministério Público, deputado Ricardo, nós temos, na cidade de Dias d'Ávila,... a deputada Maria del Carmen foi uma das mentoras juntamente a outras pessoas que mandaram ônibus escolar para aquele município. Eu contei lá seis ônibus novinhos, sem placa, encostados num

canto, se deteriorando. A gente fica pasmo de ver que o prefeito daquele município, ao invés de colocar os ônibus novos que o governo federal e o governo do nosso estado entregam para que se ofereça qualidade aos nossos alunos, pessoas que precisam de respeito, deixa rodar um ônibus velho e sucateado. Eu fiquei muito triste em ver isso e também como as pessoas querem se eleger para administrar certos municípios, mas não deveriam estar naquele momento.

Eu fiquei indignado por ter presenciado ali o descaso, nobre deputada Maria del Carmen. Eu sei da sua boa vontade porque a senhora colocou aquele ônibus para ajudar aquelas crianças a terem condições de chegar à escola, a qual a gente ganhou no município de Dias d'Ávila, uma beleza de escola, muito maravilhosa. Agora, não é admissível deixar os ônibus novos, zerados, sem placa, para fazer sei lá o quê. Já faz mais de 4 meses que esses ônibus estão lá encostados. Por que a gente vai ficar dessa forma ao invés de colocar os ônibus novos para transportarem nossos alunos?

A gente fica triste e eu gostaria de pedir ao Ministério Público que fiscalize, porque aqueles ônibus foram doados pelo governo do estado e pelo governo federal para atender às necessidades dos alunos e não ficarem ali parados.

Dessa mesma forma, eu tive a decepção com os materiais hospitalares que eu levei para aquela cidade, pois o secretário de Saúde daquele município me faltou com a verdade dizendo que a emenda que o deputado colocou para atender aquela situação do município de Dias d'Ávila não tinha chegado. Mas, contra fato não há argumento, a gente levou e comprovou. Eu acho que fica feio as pessoas usarem de má-fé dessa forma irônica. Eu não admito esse tipo de situação, principalmente no município que eu escolhi para morar, porque tenho respeito com a minha comunidade, com o nosso povo. Aqui fica o meu desabafo e quero pedir às autoridades que fiscalizem a prefeitura de Dias d'Ávila porque, ao invés de estar procurando servir ao povo, deixa os ônibus novos simplesmente se acabando no pátio da prefeitura. Isso é uma vergonha e eu estou aqui para defender a minha querida Dias d'Ávila. Um grande abraço a todos e um abraço ao meu grande líder Matheus, essa pessoa maravilhosa que está aí.

Oh, vamos deixar também um convite para irmos em Irecê, hein?! Oh! Na quinta-feira, estaremos juntos na Exporural. Valeu, um abraço.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Seguindo a divisão do tempo, a deputada Maria del Carmen pelo tempo restante de 6 minutos deste primeiro horário partidário.

A Sr.^a MARIA DEL CARMEN: Sr. Presidente em exercício, deputado Zé Raimundo, Sr.^{as} Deputadas, Srs. Deputados, indígenas que nos assistem das galerias desta Casa Legislativa, hoje é dia de festa pela conquista que cada um de vocês, de forma coletiva e individual, alcançou com o apoio das políticas públicas para a população indígena e da educação indígena.

Foi uma maravilha ver o olhar de cada um de vocês que estava no dia em que o governador veio entregar o projeto à população deste estado, porque entregando-o

aos deputados e deputadas, está entregando-o também à toda população baiana que aqui está representada.

Eu vejo ali a nossa coordenadora que, de forma tão forte, fez o seu pronunciamento, mostrando a injustiça que sempre foi realizada e que, pela primeira vez, houve uma reparação pela necessidade de que nós tivéssemos uma política específica para vocês. Essa política, hoje, se tornará uma realidade com a aprovação desse projeto.

Um projeto tão importante que transforma, que muda, que garante a presença de cada um de vocês e de tantos outros que não puderam estar aqui, mas que, com certeza, estão com as suas mentes e seus corações também observando e nos assistindo pela *TV Assembleia*, despontando no olhar a alegria que permite pensar num futuro diferenciado, sem distinção de cor, de raça ou qualquer outra distinção que possa acontecer. Hoje, isso se faz de fato com essa ação do governador, com a aprovação e depois a promulgação desta lei que dá direitos iguais para todos vocês.

Inclusive, o nosso governador dizia hoje, pela manhã, que deveria até trazer um pouco mais para os professores indígenas do que para os professores normais, já que vocês têm muito mais dificuldades, por estarem nos lugares distantes, estarem em locais afastados, mas garantindo que essa educação indígena possa chegar a cada canto, em cada lugar da Bahia. Essa é a diferença com certeza.

Nós estamos fazendo história neste país, em outros estados, em outras municípios. Com certeza, isso voltará também a acontecer, isso influenciará o nosso presidente Lula a garantir também para todos os indígenas deste enorme país que, por tantos anos, lutaram, trabalharam, buscaram aprender, buscaram garantir sua forma de enfrentar e entender a vida.

Eu quero também, neste momento, parabenizar o deputado Marcelino Galo que, lá atrás, fez uma grande homenagem a vocês, quando deu a comenda, a insígnia mais importante desta Casa, ao cacique Babau. Vocês são merecedores dessa homenagem.

Nós hoje nos rendemos a toda a história, a todo o esforço, a todo esse enorme caminhar em que tantos e tantas deram a sua própria vida em vários momentos e, na nossa Bahia, no nosso estado, também não foi diferente.

Portanto, nós esperamos que essa comemoração que acontecerá, a partir de hoje, seja uma conquista de lutas cada vez maior e com maior inserção.

Parabéns a todas vocês e a todos vocês. Que possamos comemorar de fato essa data!

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, deputada Maria del Carmen.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Concedo a palavra ao nobre líder da Minoria ou ao líder do Bloco Parlamentar Republicanos/PSDB/PDT para falar ou indicar o orador, pelo tempo de 10 minutos.

Marcinho? Por todo o tempo, Marcinho?

O Sr. Marcinho Oliveira: Falarei por todo o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pelo tempo de 10 minutos, Marcinho Oliveira.

O Sr. MARCINHO OLIVEIRA: Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas, Srs. Deputados, deputado Raimundinho, estou muito feliz em poder vir a esta sessão, nesta tarde, para votar um projeto de grande importância, que é a equiparação salarial e de condições de trabalho dos professores indígenas.

Falo isso com propriedade, deputado Penalva, pois a gente conhece boa parte de muitas aldeias indígenas de toda a Bahia, por onde a gente já passou, nos anos de 2007 e 2008, por causa da coordenação do Programa Luz Para Todos e, de lá para cá, a gente tem mantido contato com diversos amigos, a exemplo da Aldeia Kaimbé, em Euclides da Cunha, dos Kiriri de Banzaê, os índios Tuxá de Rodelas. Nada mais justo.

A gente vê que a votação desse projeto já era para ter acontecido desde o ano passado, quando pudemos receber, naquela oportunidade, representantes das aldeias na liderança. O projeto foi discutido e, naquele momento, nós nos comprometemos a votar essa matéria de grande importância. Então, nada mais justo do que essa votação, porque quem ganha são todos que fazem essa educação indígena.

Sr. Presidente, deputado Júnior Nascimento e deputado Ricardo, a gente também vem a esta tribuna, mais uma vez, para cobrar da Secretaria de Infraestrutura que faça a manutenção da BA-120, do trecho que liga Queimadas a Cansanção e a Monte Santo, e estendendo um pouco mais, da BA-220, do trecho que liga Monte Santo a Pedra Vermelha.

Podemos ver que o governo do estado está fazendo muitas estradas. Muitos deputados vão às redes sociais para comemorar os tapa-buracos que são feitos nas estradas, mas o povo da Região do Sisal merece uma estrada de qualidade, deputado Pancadinha. A gente tem acompanhado e visto inúmeros acidentes que estão acontecendo na região por falta da manutenção da estrada.

Nós sempre cobramos da Viabahia e eu vejo muitos deputados da base governista cobrando da Viabahia manutenção e sinalização, mas temos que olhar também para as rodovias estaduais, porque têm acontecido, deputada Fabíola, diversos acidentes, ceifando a vida de muitas pessoas.

A gente precisa da recuperação da BA-120, deputado Rosemberg, o mais rápido possível. Já está quase fazendo aniversário que há uma empresa instalada com canteiro entre as cidades de Cansanção e Monte Santo, mas essa recuperação ainda não foi feita. Então, a gente quer cobrar, mais uma vez, da Secretaria de Infraestrutura, que dê uma posição porque o povo da região não consegue mais trafegar em paz.

Nesse momento, também gostaria de parabenizar ao deputado Júnior Nascimento e ao deputado Elmar Nascimento pela grande conquista que é o novo hospital de Campo Formoso, onde será lançada a pedra fundamental nessa semana.

Estaremos juntos ao lado de diversas lideranças que estarão naquela cidade para poderem participar desse ato de grande importância.

No mais, era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, deputado Marcinho Oliveira. Seguindo o tempo partidário, eu concedo a palavra ao nobre líder do Governo e da Maioria ou ao líder do Bloco Parlamentar MDB/PSB/Patriota/PSC/Avante, para falar ou indicar um orador, pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Rosemberg Pinto: Sr. Presidente, o deputado Robinson Almeida e o deputado Euclides Fernandes falarão por 5 minutos cada.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Com a palavra o deputado Robinson Almeida, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ROBINSON ALMEIDA: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, um abraço especial à comunidade indígena que está presente, todas as aldeias, Patrícia, superintendente do governo.

É bom estar com vocês, pois hoje é um dia de conquista, é um dia de celebração, que vai coroar todo um movimento de reparação desenvolvido pela luta dos povos originários para que a remuneração de um professor em uma aldeia seja igual à remuneração de um professor em qualquer lugar da Bahia. Indígena é um cidadão pleno de direitos, que realizava o mesmo trabalho e tinha a remuneração diferente, mas o governador Jerônimo Rodrigues faz essa reparação histórica e eu quero declarar que eu vou votar “sim”, vou votar a favor, com muita alegria, por essa reparação. (Palmas)

Sr. Presidente, eu também quero comunicar à Casa que hoje, pela manhã, nós fizemos uma audiência pública com os trabalhadores e aposentados da Coelba para discutirmos o ambiente funcional da empresa.

Há denúncias de que há uma pressão interna por resultados, uma cobrança exagerada sobre os funcionários, levando o ambiente a ficar tóxico, com muitas pessoas adoecendo, física e psicologicamente, com demissões arbitrárias no interior da empresa, aposentados reclamando de corte de serviços no plano de saúde e de aumento exagerado das mensalidades. Nós fizemos um grande debate porque é de interesse de toda sociedade.

Há uma crise no fornecimento de energia elétrica que tem uma relação também com o estado de mobilização e valorização dos trabalhadores. Certamente, quanto menos valorizados e apoiados, isso refletirá na qualidade do serviço prestado à sociedade.

A Coelba e o Ministério Público do Trabalho estiveram presentes e foram organizadas reuniões posteriores a esse encontro. Nós esperamos que a Coelba sente na mesa, converse com os trabalhadores, converse com os aposentados e busque resolver essas demandas que repercutem na qualidade da prestação do serviço.

Também aproveitamos para cobrar da Coelba o cronograma de execução da previsão orçamentária de R\$ 13 bilhões de investimento. Faltando 3 anos para concluir a concessão, a Coelba anuncia esse investimento bilionário. Por isso, nós queremos saber o cronograma. Quantas obras serão feitas? Em quais cidades serão construídas as subestações e as linhas de transmissão? Qual vai ser o valor investido por cada obra? Qual é a empresa que vai ser contratada? Qual é a previsão de início e término da obra? Quantos empregados serão contratados? Qual é a gestão que a empresa vai fazer na execução desse plano de investimentos? Então, a Coelba está sendo cobrada para apresentar à Assembleia o cronograma de investimentos desse anúncio de R\$ 13 bilhões.

Sr. Presidente, eu também quero mandar um abraço para Uibaí, município da região de Irecê no qual eu estive, na sexta-feira à noite, durante o lançamento da pré-candidatura de Pedro Rocha, o pré-candidato a prefeito da cidade, que contou com ampla participação de lideranças locais, vereadores, candidatos a vereador, lideranças regionais e eu senti um cheiro de vitória no ar. O PT, liderado por Pedro Rocha, tem todas as condições de voltar a governar Uibaí, pois Pedro já foi prefeito por 8 anos e tem muito serviço prestado à cidade. Eu não tenho dúvida nenhuma de que Uibaí tem que aproveitar a oportunidade de alinhar a gestão municipal com o governo estadual e com o governo federal.

Também quero parabenizar o povo de Xique-Xique que escolheu Dr.^a Simone como pré-candidata à prefeita pelo Partido dos Trabalhadores. Houve uma grande reunião com a presença do presidente do PT estadual...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) Éden Valadares, deputados estaduais, deputados federais, o secretário da Casa Civil, Afonso Florence, e foi um grande ato no sábado pela manhã, com centenas de pessoas para o lançamento da pré-candidatura de Dr.^a Simone.

Também quero parabenizar e desejar boa sorte ao povo de Canarana que escolheu Marleide e Júnior como a chapa de pré-candidatos que será a vitoriosa na eleição deste ano, ao que tudo indica.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Muita gente esteve no evento, lideranças locais, regionais, deputados estaduais, Jacó, Cafu, deputados federais. Realmente, foi um evento de grande repercussão regional e a vitória de Marleide e Júnior resgatará o município para o ambiente de convivência democrática, porque, em Canarana infelizmente aconteceu um ato muito nocivo à nossa democracia. Na campanha do ano passado, as ruas foram obstruídas pelo prefeito atual para impedir que o governador Jerônimo Rodrigues conversasse com a população.

Então, por conta desse exemplo é que a civilidade política tem que voltar e vai voltar com a liderança de Marleide e Júnior nos comandos da cidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Antes de anunciar o próximo orador, eu queria registrar a presença dos alunos do Colégio Sesi de Piatã que hoje visitam a nossa ALBA.

Concedo a palavra ao nobre colega deputado estadual Euclides Fernandes, xará de Euclides da Cunha.

O Sr. EUCLIDES FERNANDES: Sr. Presidente deputado Zé Raimundo e senhores deputados, nós recebemos uma solicitação do líder político do município de Sento-Sé, Rosalvo, o qual faz um apelo veemente para que, junto ao governo do estado, peçamos algumas providências para solucionar os problemas de lá. Nessa solicitação, ele enumera as providências devido aos constantes incidentes que envolvem automóveis e animais no trecho da BA-210, que liga Sento-Sé à cidade de Juazeiro.

Então, Rosalvo, preocupado com essa situação, nos pede para que, junto ao governo, solicitemos algumas providências necessárias e de natureza urgente: a implementação de sinalização adequada ao longo da BA-210, alertando os condutores sobre a presença frequente de animais na pista; realização de estudos para identificar os pontos críticos onde ocorrem com maior frequência os acidentes envolvendo veículos e animais; adoção de medidas para controle e manejo dos animais soltos à margem da rodovia, visando evitar a entrada na pista; intensificação da fiscalização, por parte dos órgãos competentes, a fim de coibir a presença irregular de animais na rodovia e garantir o cumprimento das normas de trânsito pelos condutores.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, esse é o apelo da comunidade de Sento-Sé no sentido de que o governo, por meio do órgão competente – a Secretaria de Infraestrutura, onde fica a Agerba –, cuide dessas providências para acabar com essa situação desconfortável, situação que traz perda material significativa e, até mesmo, de vidas àqueles que trafegam pela BA-210.

Então, Sr. Presidente, eu realmente espero que essas medidas sejam tomadas, providências sejam tomadas por meio dos órgãos do governo do estado responsáveis.

Mas, Sr. Presidente, quero também me colocar a respeito do Baixo Sul, lá na cidade de Valença, onde há já uma boa movimentação. Já fizemos contatos com a secretária da Saúde, com o governo do estado, no sentido de contemplar, com um hospital regional, o Baixo Sul, que abrange mais de 19 cidades, municípios, e atender as demandas, as necessidades da saúde pública junto às camadas mais pobres daquela região.

Então, vamos novamente entrar com esse assunto junto ao governo do estado para que, o mais rápido possível, possamos ter o início, possamos botar a pedra fundamental para a construção da estrutura física que irá abrigar, lá em Valença, o hospital regional. É um hospital que vai atender uma população de mais de 19 municípios, Sr. Presidente.

Obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Concedo a palavra ao nobre líder da Maioria ou líder do PP para falar ou indicar o orador pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Rosemberg Pinto: Sr. Presidente, não há orador neste caso porque a gente tinha feito uma permuta com o deputado Euclides e o deputado... a deputada Fabíola me pediu aqui, mas eu queria fazer o encaminhamento. Conversei com o deputado Alan para que a gente inverta os projetos e inicie votando o projeto dos professores indígenas, até porque alguns aqui ainda voltarão para o interior hoje.

Queria dizer, deputada Fabíola, que é uma das defensoras desse tema aqui junto à deputada Olívia, lá na Comissão de Educação, e do deputado Marcelino, que será o relator, que esse projeto, para além da votação, presidente, é um projeto sobre o qual tem que ser feita uma reflexão.

Tem que ser feita uma reflexão de como a comunidade indígena é tratada, às vezes, nas suas relações diárias com a sociedade, principalmente numa disputa de espaço que é, do ponto de vista antropológico, de propriedade das comunidades tradicionais.

Está aqui Patrícia Pataxó, está aqui o cacique Reginaldo, em nome deles eu quero saudar todos que estão presentes. Quero dizer do momento em que choramos juntos lá em Pau Brasil, da forma como foi tratada a indígena Pataxó negra que acabou assassinada numa disputa em meio à tentativa de uma comunidade de produtores rurais fazer justiça com as próprias mãos. Naquele momento, foi feita uma injustiça porque se tirou a vida de uma mulher, uma guerreira, uma batalhadora.

Então, para além da votação do projeto aqui, este é um momento de reflexão para que a gente possa defender e fazer com que essa comunidade seja representada em toda a sua extensão aqui na Casa Legislativa.

Por isso, presidente, quero agradecer ao governador Jerônimo Rodrigues e, obviamente, agradecer ao deputado Alan Sanches. O deputado Alan apresentou uma emenda, e eu conversei com ele sobre a dificuldade de fazer o acréscimo dessa emenda, mas, ao mesmo tempo, eu quero agradecer a ele, que, no dia da entrega do projeto, dispensou, de público, as formalidades, o que nos permitiu apreciar o projeto hoje.

Deputado Alan, li a sua emenda, verifiquei com o relator Marcelino Galo, não teremos condições de fazer essa implementação neste momento, mas ela será encaminhada para o Executivo, para a Secretaria da Educação, para que seja estudada e, quem sabe, incluída no próximo projeto que venha a ser apresentado aqui na Casa Legislativa.

Muito obrigado, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Nobre líder, só para esclarecer, era o tempo partidário. V. Ex.^a usou o tempo, questão de ordem...?

O Sr. Rosemberg Pinto: Não, eu já fiz o tempo e já fiz o encaminhamento.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Já fez o encaminhamento. Então, seguindo a ordem ainda, concedo a palavra ao nobre líder do Bloco Parlamentar PL/Solidariedade para falar ou indicar o orador pelo tempo de 9 minutos. (Silêncio)

Não há orador.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Concedo a palavra ao nobre líder da Minoria ou líder do União Brasil para falar ou indicar o orador pelo tempo de 14 minutos.

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente, eu só queria fazer uma colocação complementando o deputado Rosemberg...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Utilizando já o tempo do União Brasil?

O Sr. Alan Sanches: Com certeza.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não.

O Sr. ALAN SANCHES: Foi justamente após a entrega aqui, a recepção do projeto, na quinta-feira, que o governador do estado, Jerônimo Rodrigues, fez um ato neste Plenário e mostrou, naquele momento, respeito por esta Casa. Naquele momento, tanto com o governador quanto com o líder do Governo, nós nos comprometemos a dispensar todas as formalidades para que o projeto fosse logo apreciado e tivesse celeridade na execução.

É um projeto que já é debatido nesta Casa desde o final do ano passado, ele chegou tarde, acho que poderia ter sido feita essa justiça até anteriormente, mas antes tarde do que nunca. Então, deputado Rosemberg, deputado Marcelino Galo, que será o relator, nós estamos dispensando todos os encaminhamentos e formalidades para que ele seja logo votado e aprovado, tenham certeza, por unanimidade, nesta Casa.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, líder Alan Sanches.
(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Concedo a palavra ao nobre líder do Governo, da Maioria ou líder da Federação PT/PCdoB/PV para falar ou indicar o orador pelo tempo de 3 minutos.

O Sr. Rosemberg Pinto: Não há orador, Sr. Presidente, e, na mesma linha da dispensa de formalidades, a gente quer pedir a cada deputado e a cada deputada que a gente vote de forma unânime para fazer justiça a esse projeto que equipara os professores indígenas aos professores não indígenas. Quero agradecer a todos.

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Ordem do Dia! Ordem do Dia!

Em discussão única e votação, o (lê) “*Projeto de Lei nº 25.292/2024, de autoria do Poder Executivo, o qual Reestrutura a carreira de Professor Indígena, do Grupo Ocupacional Educação, do Quadro do Magistério Público do Estado da Bahia, na forma que indica, e dá outras providências.*”

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Para relatar, o nobre deputado Marcelino Galo.

O Sr. MARCELINO GALO: Em primeiro lugar, Sr. Presidente, eu gostaria de agradecer ao deputado Alan Sanches e ao deputado Rosemberg Pinto por me darem o privilégio de apresentar este parecer.

(Lê) “*PARECER*

Das Comissões de: Constituição e Justiça; Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público; Direitos Humanos e Segurança Pública; e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 25.292/2024, de autoria do Poder Executivo, o qual ‘Reestrutura a carreira de Professor Indígena, do Grupo Ocupacional Educação, do Quadro do Magistério Público do Estado da Bahia, na forma que indica, e dá outras providências.’

Apresenta, o Ex^{mo} Sr. Governador do Estado, para apreciação da Assembleia Legislativa, a proposição que ora passo a relatar, visando a reestruturação da carreira de Professor Indígena, do Grupo Ocupacional Educação, do Quadro do Magistério Público do Estado da Bahia.

Conforme ressalta a Mensagem Governamental que acompanha o projeto, a reestruturação proposta ‘produzirá um acréscimo na despesa de pessoal para o exercício de 2024, no valor estimado de R\$633.423,00 (seiscentos e trinta e três mil, quatrocentos e vinte e três reais) e, para os anos de 2025 e 2026, o valor de R\$823.854,00 (oitocentos e vinte e três mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais)’, incluindo a proposta a progressão por níveis de carreira e a equiparação salarial ao piso nacional, garantindo-se assim a todos os 700 professores indígenas a percepção de salários equivalentes ao mínimo nacional da categoria, além de uma progressão de carreira alinhada aos demais docentes.

Trata-se de medida importante para a valorização desta categoria do magistério, cabendo registrar ainda que, de acordo com o site da Secretaria da Educação, ela faz parte de um conjunto de ações para fortalecer a educação dos povos originários na Bahia, investindo, o Governo do Estado ‘cerca de R\$ 60 milhões na infraestrutura escolar indígena, visando criar ambientes adequados para o aprendizado, com respeito à cultura e aos saberes tradicionais’. Nesse contexto, encontram-se em construção diversas unidades escolares indígenas em municípios interioranos, enquanto algumas outras são objeto de reforma e ampliação, de forma a melhorar as condições de ensino e proporcionar ambientes mais adequados e equipados para a educação...”

O projeto recebeu apenas uma emenda, e, pelo calor e o momento apertado, eu sinto até uma certa dor em não acatar a emenda do deputado Alan Sanches, mas, como garantiu o líder do Governo, ela deverá ser aproveitada pela Secretaria da Educação.

Portanto, (lê) “(...) encontrando-se em conformidade às disposições constitucionais e legais, além do seu caráter de grande mérito, cabe-me opinar pela sua aprovação na forma originalmente encaminhada pelo Poder Executivo, devendo ainda aqui ressaltar que a sua aprovação nesta sessão decorre de acordo firmado entre as Lideranças das Bancadas da Maioria e da Minoria para a dispensa das formalidades regimentais, em mais uma prova inequívoca de que os

Parlamentares desta Casa têm sempre como prioridade absoluta os interesses maiores da sociedade baiana, vindo agora a apoiar e reconhecer o papel vital desta importante categoria de docentes na educação e na preservação cultural dos povos indígenas...”

Aprovação por unanimidade!

(Lê) “(...) *É o parecer, s.m.j.*

Sala das Sessões, 23 de abril de 2024.”

Diga ao povo que avance! Viva aos professores! Viva ao governador Jerônimo Rodrigues!

(Participantes da sessão respondem: “Viva!”)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Em votação, no âmbito das comissões, o referido parecer.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

Em votação, no âmbito do Plenário.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram ou batam palmas. (Palmas)

Aprovado por unanimidade o **Projeto de Lei nº 25.292/2024, em discussão única.**

PROJETO DE LEI Nº 25.292/2024

Reestrutura a carreira de Professor Indígena, do Grupo Ocupacional Educação, do Quadro do Magistério Público do Estado da Bahia, na forma que indica, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - A carreira de Professor Indígena, do Grupo Ocupacional Educação, do Quadro do Magistério Público do Estado da Bahia, fica reestruturada conforme o disposto nesta Lei.

Art. 2º - Para os efeitos desta Lei, entende-se por:

I - Classe - agrupamento dos cargos de Professor Indígena de acordo com a titulação exigida;

II - Nível - posição estabelecida para os servidores ocupantes dos cargos de Professor Indígena dentro da respectiva Classe.

Art. 3º - A carreira de Professor Indígena passa a ser estruturada em 05 (cinco) Classes, de acordo com a titulação, compreendendo 09 (nove) Níveis em cada Classe, da seguinte forma:

- I - Classe 1 - titulação em Licenciatura Plena;
- II - Classe 2- titulação em Licenciatura Plena Intercultural em Educação Indígena;
- III - Classe 3 - titulação em Licenciatura Plena Intercultural em Educação Indígena e Pós-Graduação, em nível de Especialização, a partir de 360 (trezentas e sessenta) horas ou titulação em Licenciatura Plena e Pós-Graduação, em nível de Especialização, com temática em Educação Indígena, a partir de 360 (trezentas e sessenta) horas;
- IV - Classe 4 - titulação em Licenciatura Plena Intercultural em Educação Indígena e Pós-Graduação, em nível de Mestrado, ou titulação em Licenciatura Plena e Pós-Graduação, em nível de Mestrado, com temática em Educação Indígena;
- V - Classe 5 - titulação em Licenciatura Plena Intercultural em Educação Indígena e Pós-Graduação, em nível de Doutorado, ou titulação em Licenciatura Plena e Pós-Graduação, em nível de Doutorado, com temática em Educação Indígena.

§ 1º - Cada Classe fica subdividida em 09 (nove) Níveis, designados pelas letras A, B, C, D, E, F, G, H e I, de acordo com os critérios estabelecidos para o desenvolvimento do servidor na carreira.

§ 2º - O quantitativo de cargos a que se refere o *caput* deste artigo é o constante do Anexo I desta Lei.

Art. 4º - Os vencimentos dos cargos de Professor Indígena, observado o regime de trabalho, passam a ser os constantes do Anexo II desta Lei.

Parágrafo único - Ao Professor Indígena serão assegurados, nas mesmas condições, os adicionais e gratificações previstos para o Magistério Público do Ensino Fundamental e Médio do Estado da Bahia, nos termos da Lei nº 8.261, de 29 de maio de 2002.

Art. 5º - O ingresso na carreira de Professor Indígena se dará nos cargos das Classes 1 e 2, Nível A, observada a titulação exigida, mediante aprovação em concurso público de provas e títulos, no qual seja exigido o conhecimento da língua materna da comunidade indígena e o domínio do português, na forma do § 2º do art. 210 da Constituição Federal, do inciso I do § 2º do art. 79 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e do inciso II do art. 2º e do inciso III do art. 4º, todos do Decreto Federal nº 6.861, de 27 de maio de 2009.

§ 1º - Será exigida, para o provimento do cargo Professor Indígena, no mínimo:

- I - para a Classe 1: comprovação em Licenciatura Plena;
- II - para a Classe 2: comprovação em Licenciatura Plena Intercultural em Educação Indígena.

§ 2º - Constituem requisitos para a investidura na carreira de Professor Indígena:

I - ser indígena e pertencer, prioritariamente, à etnia da aldeia onde deverá exercer as suas atividades, comprovada mediante declaração de sua identidade étnica indígena e do grupo ao qual pertence;

II - possuir conhecimento dos processos de produção e dos processos econômicos próprios da comunidade e dos métodos de ensino-aprendizagem para que possam desenvolver a interlocução cultural e a prática da cidadania.

§ 3º - O edital do concurso definirá o número de vagas a serem providas por aldeia.

§ 4º - A nomeação implica, para o Professor Indígena, o dever de residir na circunscrição da unidade escolar para a qual foi designado.

Art. 6º - Os atuais ocupantes dos cargos de Professor Indígena ficam enquadrados, de acordo com a titulação comprovada, nas Classes e Níveis seguintes:

I - Classe 1, no nível correspondente ao atualmente ocupado, os atuais integrantes da Classe A, com titulação mínima em Licenciatura Plena;

II - Classe 2, no nível correspondente ao atualmente ocupado, os atuais integrantes da Classe B, com titulação mínima em Licenciatura Plena Intercultural em Educação Indígena;

III - Classe 3, no nível correspondente ao atualmente ocupado, os atuais integrantes da Classe C, com titulação mínima em Licenciatura Plena Intercultural em Educação Indígena e Pós-Graduação, em nível de Especialização, a partir de 360 (trezentas e sessenta) horas ou com titulação mínima em Licenciatura Plena e Pós-Graduação, em nível de Especialização, com temática em Educação Indígena, a partir de 360 (trezentas e sessenta) horas;

IV - Classe 4, no nível correspondente ao atualmente ocupado, os atuais integrantes da Classe D, com titulação mínima em Licenciatura Plena Intercultural em Educação Indígena e Pós-Graduação, em nível de Mestrado, ou com titulação mínima em Licenciatura Plena e Pós-Graduação, em nível de Mestrado, com temática em Educação Indígena;

V - Classe 5, no nível correspondente ao atualmente ocupado, os atuais integrantes da Classe E, com titulação mínima em Licenciatura Plena Intercultural em Educação Indígena e Pós-Graduação, em nível de Doutorado, ou com titulação mínima o em Licenciatura Plena e Pós-Graduação, em nível de Doutorado, com temática em Educação Indígena.

§ 1º - A Secretaria da Educação - SEC promoverá, no prazo de 30 (trinta) dias da data de publicação desta Lei, de ofício, a revisão do enquadramento mediante a comprovação da titulação dos atuais integrantes da carreira de Professor Indígena.

§ 2º - No prazo de 30 (trinta) dias da data de publicação desta Lei, poderão os atuais ocupantes dos cargos de Professor Indígena requerer o apostilamento de titulação para a revisão do enquadramento prevista no § 1º deste artigo.

§ 3º - Para a correspondência entre o Nível atualmente ocupado e os Níveis previstos no § 1º do art. 3º desta Lei, deve ser observada a correlação fixada no Anexo III desta Lei.

Art. 7º - O desenvolvimento do servidor nas Classes e Níveis se dará por meio da promoção e progressão, respectivamente, conforme dispuser legislação específica.

Art. 8º - Os atuais ocupantes dos cargos de provimento efetivo da Carreira de Professor Indígena, enquadrados na Classe A, com titulação de Nível Médio, com formação em Magistério Indígena, passam a compor o Quadro Especial.

§ 1º - Os cargos referidos no *caput* deste artigo serão extintos a partir de 1º de janeiro de 2034, à medida que vagarem.

§ 2º - No limite temporal previsto no § 1º deste artigo, e em função da necessidade de atendimento da demanda escolar, poderá haver ingresso no Quadro Especial da Carreira de Professor Indígena, mediante aprovação em concurso público de provas e títulos, sendo exigida para o provimento do cargo a titulação mínima de Nível Médio, com formação em Magistério Indígena, além dos demais requisitos previstos no § 2º do art. 5º desta Lei.

§ 3º - O servidor ocupante de cargo de provimento efetivo do Quadro Especial da Carreira de Professor Indígena, com titulação em Nível Médio, com formação em Magistério Indígena, será remunerado por subsídio, fixado em parcela única, conforme o Anexo IV desta Lei, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio e verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecido, em qualquer caso, o disposto nos incisos X e XI, ambos do art. 37 da Constituição Federal.

§ 4º - A remuneração por subsídio não exclui a percepção de vantagens de natureza indenizatória e das verbas a seguir:

- I - gratificação natalina;
- II - adicional de férias;
- III - adicional pelo exercício de atividades insalubres, perigosas ou penosas;
- IV - adicional noturno;
- V - retribuição pela prestação de aulas extraordinárias, na forma estabelecida em Regulamento;
- VI - abono de permanência previsto na Constituição Federal;
- VII - retribuição pelo exercício de cargo de provimento temporário;
- VIII - auxílio-natalidade;
- IX - salário-família.

§ 5º - Pelo exercício dos cargos em comissão de Diretor, Vice-Diretor e Secretário Escolar, o servidor do Quadro Especial da Carreira de Professor Indígena terá acrescido à remuneração o valor resultante da aplicação dos coeficientes definidos no Anexo V desta Lei sobre o subsídio da Classe A, Nível 1, da jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais da carreira de Professor Indígena.

Art. 9º - O servidor ocupante de cargo de provimento efetivo do Quadro Especial da Carreira de Professor Indígena, com titulação em Nível Médio, com formação em Magistério Indígena, que venha a concluir Licenciatura Plena, até 31 de dezembro de 2033, será enquadrado no Quadro de Cargos da Carreira de Professor Indígena, nas Classes e Níveis seguintes:

I - Classe 1, Nível A, aquele que comprovar a titulação mínima em Licenciatura Plena;

II - Classe 2, Nível A, aquele que comprovar a titulação mínima em Licenciatura Plena Intercultural em Educação Indígena;

III - Classe 3, Nível A, aquele que comprovar a titulação mínima em Licenciatura Plena Intercultural em Educação Indígena e Pós-Graduação, em nível de Especialização, a partir de 360 (trezentas e sessenta) horas ou a titulação mínima em Licenciatura Plena e Pós-Graduação, em nível de Especialização, com temática em Educação Indígena, a partir de 360 (trezentas e sessenta) horas;

IV - Classe 4, Nível A, aquele que comprovar a titulação mínima em Licenciatura Plena Intercultural em Educação Indígena e Pós-Graduação, em nível de Mestrado, ou a titulação mínima em Licenciatura Plena e Pós-Graduação, em nível de Mestrado, com temática em Educação Indígena;

V - Classe 5, Nível A, aquele que comprovar a titulação mínima em Licenciatura Plena Intercultural em Educação Indígena e Pós-Graduação, em nível de Doutorado, ou a titulação mínima em Licenciatura Plena e Pós-Graduação, em nível de Doutorado, com temática em Educação Indígena.

§ 1º - Os servidores que forem enquadrados conforme o *caput* deste artigo passarão a receber remuneração própria do Quadro de Cargos da Carreira de Professor Indígena.

§ 2º - O tempo decorrido entre a data da implantação do regime de subsídio e a data do enquadramento previsto nesta Lei, em razão da titulação obtida, será computado para fins de efetivo tempo de serviço.

Art. 10 - Poderá haver contratação de professor visitante, nos termos da legislação em vigor, por fundamentada solicitação da comunidade indígena na qual esteja inserida a unidade escolar, e pelo prazo máximo de 04 (quatro) anos.

§ 1º - O professor visitante será pessoa de comprovada experiência nos conhecimentos, ensinamentos e processos de produção e econômicos próprios da comunidade indígena na qual esteja inserida a unidade escolar e reconhecido na comunidade como mestre do saber, e somente será contratado para atender a programa específico de aprendizagem.

§ 2º - A remuneração do professor visitante observará os seguintes padrões de vencimento:

I - do Nível A da Classe correspondente à titulação exigida na carreira de Professor Indígena;

II - do Nível A da Classe 1 da carreira de Professor Indígena, para o professor visitante contratado que não possua titulação formal.

Art. 11 - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta dos recursos orçamentários próprios, ficando o Poder Executivo autorizado a promover as alterações que se fizerem necessárias.

Art. 12 - Ficam revogados o art. 2º, o art. 5º, o art. 7º, o parágrafo único do art. 8º, o art. 11, o art. 12, o Anexo I, o Anexo II e o Anexo IV, todos da Lei nº 12.046, de 04 de janeiro de 2011.

Art. 13 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em

ANEXO I

QUADRO DE CARGOS DO QUADRO ESPECIAL DE PROFESSOR INDÍGENA

NOMENCLATURA	CLASSE	Número de Cargos
Professor Indígena	A	300

QUADRO DE CARGOS DA CARREIRA DE PROFESSOR INDÍGENA

NOMENCLATURA	CLASSE	Número de Cargos
Professor Indígena	1	300
	2	300
	3	200
	4	100
	5	50

ANEXO II

PROFESSOR INDÍGENA

TABELA DE VENCIMENTO (Em R\$) 20 HORAS									
CLASSE	NÍVEL								
	A	B	C	D	E	F	G	H	I
1	2.210,28	2.240,71	2.272,28	2.300,98	2.329,70	2.362,43	2.509,90	2.678,68	2.847,46
2	2.247,58	2.279,93	2.313,11	2.379,35	2.466,37	2.573,08	2.737,15	2.919,39	3.101,62
3	2.284,87	2.319,14	2.353,93	2.457,72	2.603,04	2.783,73	2.964,40	3.160,10	3.355,77
4	2.380,95	2.550,00	2.719,02	2.891,97	3.064,91	3.279,90	3.494,87	3.727,75	3.960,62
5	2.800,61	3.001,77	3.202,91	3.408,69	3.614,50	3.870,32	4.126,14	4.403,28	4.680,41

TABELA DE VENCIMENTO (Em R\$) 40 HORAS									
CLASSE	NÍVEL								
	A	B	C	D	E	F	G	H	I
1	4.420,56	4.481,42	4.544,56	4.601,96	4.659,40	4.724,86	5.019,80	5.357,36	5.694,92
2	4.495,16	4.559,86	4.626,22	4.758,70	4.932,74	5.146,16	5.474,30	5.838,78	6.203,24
3	4.569,74	4.638,28	4.707,86	4.915,44	5.206,08	5.567,46	5.928,80	6.320,20	6.711,54
4	4.761,90	5.100,00	5.438,04	5.783,94	6.129,82	6.559,80	6.989,74	7.455,50	7.921,24
5	5.601,22	6.003,54	6.405,82	6.817,38	7.229,00	7.740,64	8.252,28	8.806,56	9.360,82

ANEXO III

TABELA DE CORRELAÇÃO DE NÍVEIS DO QUADRO DE CARGOS DA CARREIRA DE PROFESSOR INDÍGENA	
Nível Anterior	Nível Atual
1	A
2	B
3	C
4	D
5	E
6	F
7	G
8	H
9	I
10	I

ANEXO IV

SUBSÍDIO PARA O QUADRO ESPECIAL

Quadro Especial (Cargos)	Carga Horária	Subsídio (R\$) Nível 1	Subsídio (R\$) Nível 2
Professor Indígena, com titulação de Nível Médio, com formação em Magistério Indígena (Classe A)	20 Horas	R\$1.253,12	R\$1.329,93
	40 Horas	R\$2.506,24	R\$2.659,86

ANEXO V

TABELA DE COEFICIENTES PARA OS CARGOS COMISSONADOS (EM R\$)		
Cargo em Comissão	Símbolo	Coeficiente
SECRETÁRIO ESCOLAR	SP	0,33
	SM	0,35
	SG	0,47
	SE	0,59
VICE-DIRETOR	VP	0,25
	VM	0,32
	VG	0,45
	VE	0,57
DIRETOR	DP	0,5
	DM	0,7
	DG	0,9
	DE	1,11

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Próximo projeto. Em discussão única e votação o Projeto de Lei nº 25.233...

O Sr. Alan Sanches: Que projeto é esse, Sr. Presidente?

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): (...) de 2024, do Poder Executivo.

O Sr. Alan Sanches: Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): É o projeto... aquele projeto...

O Sr. Alan Sanches: Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eu vou ler, e V. Ex.^a...

O Sr. Alan Sanches: Pronto.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pode ser? Questão de ordem do deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches: Questão de ordem. Eu queria, já que V. Ex.^a está falando de projeto, solicitar o quórum de votação para que a gente possa votá-lo. Porque, veja bem, Sr. Presidente, quando você está... Eu vou fazer uma reflexão com V. Ex.^a, quando nós estamos... O projeto dos professores indígenas já foi aprovado por unanimidade, não é isso?

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Isso.

O Sr. Alan Sanches: Pronto.

Agora, eu queria fazer uma reflexão com V. Ex.^a. Na nossa comissão, nós temos oito, em qualquer comissão aqui, nós temos oito deputados. Assim, para que tenha sessão, nós precisamos ter cinco deputados na comissão. Da mesma forma, para que possamos apreciar qualquer projeto – qualquer projeto –, nós precisamos de 32 deputados, não é apenas no processo de votação. Para que apreciemos o projeto de votação, nós precisamos de 32. Foi chamado o projeto, como o projeto foi chamado, eu preciso de 32 para votar.

O Sr. Rosenberg Pinto: Sr. Presidente, pela ordem, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Questão de ordem, líder Rosenberg.

O Sr. Rosenberg Pinto: Presidente, não é isso, na minha humilde opinião, o que prevê o Regimento da Casa. O Regimento da Casa fala sobre a ordem da votação, é necessária para pedir quórum de votação... o pedido só pode ser feito após a leitura do projeto. Se o projeto nem foi lido, vai pedir quórum de votação para quê? Então, só pode ser feito isso, a verificação do quórum de votação, depois de lido o projeto. Essa, na minha opinião, é a interpretação que está no Regimento da Casa.

O Sr. Alan Sanches: Questão de ordem, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Questão de ordem, pois não, deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches: Presidente, o deputado Rosemberg Pinto se equivocou nas palavras. Veja bem, o projeto foi lido, foi dado o número e tudo por V. Ex.^a, o que o deputado Rosemberg está falando é da leitura do parecer...

O Sr. Rosemberg Pinto: É o parecer! Mas é o parecer!

O Sr. Alan Sanches: O projeto foi lido. Para ser apreciado, votado, ou seja, para que ele transite nesta Casa, neste Plenário, precisa ter 32, não é discussão do projeto.

O Sr. Rosemberg Pinto: Não, não.

O Sr. Alan Sanches: Veja bem, o que o deputado Rosemberg quer é que eu o espere ler o parecer para eu pedir vista, eu só preciso pedir vista se eu tiver realmente 32 na Casa, eu não preciso pedir vista antes de 32. Então, para que tenha votação, tem que ter 32, não é depois do parecer, é da leitura que V. Ex.^a fez do projeto.

O Sr. Rosemberg Pinto: Nunca... presidente... nunca... nunca... Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Questão de ordem, Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto: Minha questão de ordem é o seguinte, presidente, nunca foi essa a interpretação. Para todos os projetos que foram tramitados na Casa, o pedido de votação é após a leitura do relatório, porque iremos votar o relatório. Como é que nós vamos pedir quórum de votação de um relatório que não foi lido, que ninguém sabe qual é?

O Sr. Alan Sanches: Mas sabem qual é o projeto! Eu queria... Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pela ordem, deputado Alan Sanches.

O Sr. Rosemberg Pinto: Presidente! Presidente! Presidente, eu prefiro... é... Presidente!

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não! Pois não!

O Sr. Rosemberg Pinto: Eu prefiro... eu prefiro que esse projeto seja retirado de pauta e seja colocado na próxima sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não.

Só esclarecendo. Veja, na verdade, a depender da matéria, são diferentes quóruns para votação. Por exemplo, numa emenda constitucional, são 38 deputados e deputadas na Casa.

O Sr. Alan Sanches: Perfeito.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Então, para votar a emenda constitucional, é preciso de 38. Normalmente, para lei “normal”, você precisa de 32 presentes e maioria simples.

O Sr. Alan Sanches: Perfeito.

Então, nesse entendimento, nobre deputado Alan Sanches, a leitura do projeto, a sua leitura do projeto, não impede que V. Ex.^a solicite o quórum a posteriori.

O Sr. Alan Sanches: O.k.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Mas, como já foi solicitada a... Nobre Rosenberg, líder Rosenberg Pinto, V. Ex.^a está retirando de pauta?

O Sr. Rosenberg Pinto: Eu estou propondo, quem retira é o presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): V. Ex.^a está solicitando, então, que a gente não vote agora e, conseqüentemente, encerre a sessão.

O Sr. Rosenberg Pinto: Isso, encerra a sessão... encerra a sessão, e isso já fica para a próxima sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Muito bem. Então, não havendo mais nada a tratar, depois dessa votação extraordinária que os senhores e senhoras fizeram ao votar o estatuto do magistério...

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur: Questão de ordem! Questão de ordem! Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): (...) eu...

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Questão de ordem, antes de encerrar a presente de sessão.

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Questão de ordem da deputada Fabíola Mansur.

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur: Olha, eu queria... é uma sessão histórica em que a gente votou o plano de carreira, reestruturando...

(Intervenção fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Não encerrei... não encerrei, não encerrei, eu não encerrei...

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur: (...) reestruturando o magistério de professores e professoras indígenas.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eu não encerrei ainda. Atenção!

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur: Eu queria que a gente, na presença...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eu concedi a palavra a Fabíola Mansur, questão de ordem.

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur: É uma sessão histórica, Sr. Presidente, em que a gente votou o plano de reestruturação da carreira do magistério de professores e professoras indígenas, coordenadores e coordenadoras. Nada mais justo.

Que eles, que enchem as galerias aqui junto com a superintendente Patrícia Pataxó, possam vir aqui embaixo, neste Plenário, para comemorar, no Abril Indígena, esse grande avanço. Parabenizo o nosso governador Jerônimo Rodrigues,

a secretária Rowenna, a secretária Adélia e toda esta Casa, que aprovou, por unanimidade, o projeto.

Então, quero convidá-los para vir aqui para uma foto histórica, porque isso...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, deputada.

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur: (...) é fruto da mobilização de cada um dos movimentos.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, deputada! Obrigado, deputada!

Como eu vou encerrar a sessão, nada mais havendo a tratar...

O Sr. Rosenberg Pinto: Questão de ordem, um informe.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não, deputado Rosenberg Pinto.

O Sr. Rosenberg Pinto: Só um informe. É que, na próxima semana, a terça-feira será uma antevéspera de feriado. Então, eu acho que nós teremos algum tipo de dificuldade do ponto de vista da votação dos projetos na próxima terça.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Aí é V. Ex.^a quem encaminha.

Nada mais havendo a tratar, dou por encerrada a presente sessão.

E viva aos povos originários do Brasil!

Deixaram de comparecer à Sessão os(as) senhores(as) Deputados(as): Adolfo Menezes, Cafú Barreto, Dr. Diego Castro, Eduardo Alencar, Eduardo Salles, Jurailton Santos, Leandro de Jesus, Niltinho, Rogério Andrade e Soane Galvão. (10)

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sesoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.